

TABACO ILÍCITO

Contrabando operava em Santa Cruz do Sul

Capital do Tabaco servia como base de operações do comércio ilícito

Utilizando como base a cidade de Santa Cruz do Sul, principal polo produtor de tabaco do Rio Grande do Sul, a Polícia Federal (PF), em conjunto com a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional, prendeu sete pessoas no início de novembro acusadas de contrabandear cigarros.

As prisões ocorreram nas cidades de Santa Cruz do Sul, Arroio do Tigre e Venâncio Aires, todas no Rio Grande do Sul, além de Foz do Iguaçu e Cascavel, no Paraná, e no Rio de Janeiro. Outros sete suspeitos foram encaminhados para prestar depoimento na Delegacia da Polícia Federal de Santa Cruz do Sul.

A quadrilha é acusada de sonegar R\$ 2,3 bilhões em impostos federais. A Operação Huno teve alvos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Pará. Mais de 200 policiais federais, 90 servidores da Receita Federal e quatro procuradores da Fazenda Nacional cumpriram sete mandados de prisão, sete de condução coercitiva e 50 de busca, além da determinação judicial do sequestro de 59 imóveis, 47 veículos e contas bancárias – um patrimônio que totaliza R\$ 80 milhões.

"Temos mais investigados, mas pessoas que tiveram a liberdade conflitada foram essas 14 pessoas, sendo que sete foram interrogadas e sete foram presas preventivamente, podendo ter a prisão renovada ou não. São pessoas das mais variadas funções dentro da cadeia do submundo do tabaco, desde empresários até laranjas e atravessadores", afirma o chefe da Delegacia da PF em Santa Cruz do Sul, Gustavo Schneider.

As investigações iniciadas em setembro de 2014 no âmbito da Operação Sentinela, que monitora atividades criminosas em regiões de fronteira, desvendaram um esquema complexo de sonegação e contrabando.

Segundo a PF, os suspeitos utilizavam empresas de fachada e laranjas e desviavam tabaco processado nas suas empresas para distribuí-lo em fábricas no Paraguai por meio de exportação irregular. A matéria-prima, industrializada muitas vezes de forma clandestina, retornava ao Brasil como cigarro industrializado contrabandeado.

Além disso, uma parte do fumo desviado da produção seguia para fábricas clandestinas de cigarros localizadas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que falsificavam marcas paraguaias – por sua vez, já falsificadas também – para distribuição no mercado nacional.

Os crimes apurados pela força-tarefa abrangem associação criminosa, receptação, falsificação de documentos, sonegação fiscal, exportação irregular de fumo, contrabando de cigarros, adulteração de produtos entregues a consumo e pirataria de marcas registradas.

O pagamento pelo fumo processado era realizado com o produto contrabandeado ou pirateado e com automóveis de luxo, máquinas urbanas (retroescavadeiras e motoniveladoras) ou agrícolas (colheitadeiras e tratores). A quadrilha ainda se encarregava de revender os cigarros e os veículos na região ou mesmo fora do Estado.

Segundo a Receita Federal, o prejuízo da União com a sonegação é estimado em R\$ 2,1 bilhões.

Fonte: Notícias/UOS – Edição: SE-Conicq

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/05/policia-federal-investiga-grupo-acusado-de-fraude-bilionaria-com-cigarros.htm>